

“Entrelaçamentos conflitantes”: a Filadélfia, o Parque Nacional da Independência Americana e Benjamin Franklin



“Aurora”. Oficina jornalística da família Franklin. Filadélfia, fotografia, 2006 (detalhe).

Fernando Atique

Doutor em História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Autor, entre outros livros, de *Memória moderna: a trajetória do Edifício Esther*. 2. ed. São Carlos: RiMa, 2013. fernando.atique@gmail.com

“Entrelaçamentos conflitantes”: a Filadélfia, o Parque Nacional da Independência Americana e Benjamin Franklin

“Conflicting twists”: Philadelphia, Independence Park and Benjamin Franklin

Fernando Atique

RESUMO

Quais são as relações possíveis entre uma cidade, um parque temático e um ator social dentro da seara patrimonial? É sobre esses entrelaçamentos que este artigo se debruça, apontando como a alteração da paisagem urbana da Filadélfia, nos Estados Unidos, foi processada de maneira a exaltar os feitos atrelados ao nascimento da nação estadunidense e, dentro desses, a ação do diplomata, inventor, educador e *founding father* Benjamin Franklin. Dessa forma, os conflitos que são inerentes ao campo preservacionista podem ser acompanhados em um território que, a despeito de ser visto como homogêneo, deflagra relações densas no que tange à memória e à urbanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Estados Unidos; Parque da Independência; memória.

ABSTRACT

What are the possible relationships between a city, a theme park and a social player within the preservationist field? This article focuses on these entanglements, pointing out how changes in Philadelphia's cityscape were processed so to highlight those events and buildings linked to the birth of the American nation, among which the actions of the diplomat, inventor, educator and founding father Benjamin Franklin. Hence, conflicts that are inherent to the preservation field can be tracked in a territory which, despite being seen as homogeneous, elicits dense relations with memory and the urbanity.

KEYWORDS: *United States; Independence Park; memory.*



Although the National Park Service had been commissioning major modern buildings for at least a decade, Venturi's ideas were a radical departure from the conventional design philosophy.¹

A citação acima, que faz referência ao memorial dedicado a Benjamin Franklin pelo Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos, é reveladora da dificuldade enfrentada pelos órgãos do patrimônio daquele país no trato com a memória, mas, também, no enfrentamento da tutela do patrimônio que lhes é cabível. No caso em questão, as discussões acerca dos limites que a memória e as fontes documentais impõem constituem-se num flagrante da “filosofia de projeto” arraigada naquela cultura. Posto isto, convém esclarecer que, neste texto, intenta-se evidenciar como a tutela de uma cidade relaciona-se com a mesma prática administrativa dos bens patrimoniais em nível nacional naquele país. Nesse sentido, mostra-se um tempo, um espaço e um ator social específico: a cidade da Filadélfia, as

¹ GREIFF, Constance M. *Independence: the creation of a National Park*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987, p. 222.

décadas centrais do século XX e Benjamin Franklin. Essas três dimensões são tensionadas, segundo a estratégia ginzburguiana, pelos fios representados por alguns profissionais do espaço construído: Edmund Bacon, Robert Venturi e Penelope Batcheler. A trajetória desses atores no espaço em tela proporcionará compreender os limites administrativos e conceituais enfrentados pelos Estados Unidos no trato com sua memória e sua história no século XX. Para tanto, dirijima-nos à Filadélfia.

A ideia de uma cidade “histórica”

A história de ocupação da área em que se encontra a Filadélfia está intimamente ligada à trajetória de seu fundador, o inglês William Penn, que em princípio de 1680 recebeu do rei Charles II a doação de uma imensa porção de terras na América do Norte para que pudesse fundar uma colônia que tivesse por base a tolerância religiosa. Membro da Religious Society of Friends, associação cujos membros são conhecidos também como *quakers* ou quacres, em português, Penn não gozava de liberdade de culto na Grã-Bretanha e recebeu por indenização a perseguições sofridas pelo seu pai, a permissão para imigrar à América e ali fundar uma cidade em terras demarcadas para tal fim.² Assim, em 1681 foi expedida a carta de concessão e, em 1682, Penn deu início ao processo de ocupação do que se convencionou chamar, em inglês, do Commonwealth of Pennsylvania.³ O nome Pennsylvania foi sugerido pelo rei inglês, que, ciente da grande quantidade de árvores na área doada, a batizou de “Bosques de Penn” (em tradução aproximada para o português). O principal assentamento urbano do Commonwealth foi planejado por William Penn e por seu principal assistente, Thomas Holme, autor do plano dessa que foi a primeira cidade totalmente planejada, *a priori*, nas colônias britânicas. O nome escolhido por Penn para a sede de seu Commonwealth remete ao termo grego *filadelfos*, que foi usado no livro bíblico do Apocalipse para designar a igreja do “amor fraterno”: Filadélfia.

A ideia de William Penn era desenvolver um núcleo onde houvesse a liberdade de culto, de ideias, além de desenvolvimento econômico. O plano desenhado por Holme baseou-se numa quadrícula aos moldes dos traçados hipodâmicos, que se desenvolve no sentido norte-sul, e leste-oeste, sendo sobreposto por duas largas vias, denominadas Broad Street e High Street, que se cruzam no centro geométrico da imensa gleba entre os dois rios que dominam a paisagem: o Delaware e o Schuylkill. Em 1687, Thomas Holme desenhou um plano de ocupação de áreas circunvizinhas à cidade, tentando aglutinar outros vilarejos existentes, formados por imigrantes suecos e alemães. Por ter sido o porto da cidade locado no Delaware River, a cidade teve maior concentração de residências e demais funções urbanas neste *front*, deixando o lado oeste da cidade, defronte o Schuylkill, por anos, menos habitado.⁴ Segundo dados apresentados pelo *Philadelphia Architecture: a guide to the city*, em 1701, o núcleo possuía 2 mil moradores, mas, em 1740, já concentrava 10 mil habitantes. Esta era a segunda cidade em tamanho e volume de negócios nas 13 colônias britânicas, perdendo apenas para Boston.⁵ Essa concentração de pessoas desenvolvia certa atratividade em povos diversos, o que explica o crescimento acentuado verificado ano a ano. Assim, quando o jovem Benjamin Franklin chegou à cidade, ela estava em franco processo de crescimento e era muito frequentada por estrangeiros, em função da importância de seu porto. Franklin, nascido

² Cf. THOMAS, George E. and BROWNLEE, David B. *Building America's First University: an historical and architectural guide to the University of Pennsylvania*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000, p. 23.

³ Cf. PHILADELPHIA: a guide to the city. 2nd edition. Philadelphia: Foundation for architecture, 1994, p.10-12.

⁴ PHILADELPHIA, *op. cit.*, p. 12.

⁵ *Idem*, p. 13.

⁶ CODY, Jeffrey. *Exporting American architecture (1876-2000)*. New York: Routledge, 2001.

⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

em Boston, migrou para a Filadélfia, em 1723, em busca de novas oportunidades de trabalho e, ali, firmou-se como educador (ele é considerado o fundador da Universidade da Pensilvânia), inventor, diplomata e um dos *founding fathers* da nação, após o processo revolucionário que pôs fim à dominação britânica.

No século XVIII, a cidade tornou-se capital federal, título que manteve até a inauguração de Washington D.C., em 1800. Ao longo do século XIX, a localidade cresceu exponencialmente, tornando-se uma das primeiras metrópoles da América. Uma das razões para tal crescimento foi o incremento industrial, que a colocou como um dos principais polos manufatureiros e exportadores do globo. Em 1900, com mais de 1 milhão e 200 mil habitantes, a cidade possuía forma e habitantes muito diversos dos da época do período revolucionário. Distritos históricos, como o Valley Forge, e Germantown eram conhecidos, mas a celebração ao patrimônio edificado ainda era muito pouco presente.

Contudo, durante as primeiras décadas do século XX, uma nova ideologia começou a vigorar no país, e a Filadélfia foi elevada à condição de “berço da memória nacional”. Ali deveriam ser colocados em destaque os símbolos materiais do nascimento da nação americana, que avançava, a passos largos, em seu processo de contato pelos países mundo afora, num processo que Cody analisou como “americanização”.⁶ Ao mesmo tempo em que se construía um processo expansionista em que produtos, arquiteturas e tecnologias eram exportados, o país iniciava sua “celebração memorial”. Na Filadélfia, lugar em que o Congresso Continental tomou lugar, o Liberty Bell foi soado, em que a bandeira americana foi por Betsy Ross costurada, e que a nação teve uma de suas principais sedes, entre 1790 e 1800, não causa estranheza que se criassem políticas, públicas e particulares, para a evocação dos feitos históricos. Pode-se dizer, então, que se inventava uma “cidade histórica”. Ressalta-se que não se via a cidade cuja materialidade era ainda presente como histórica, ou passível de ser historiada, mas, sim, procurava-se dotar de historicidade uma cidade cuja vocação “memorial” deveria ser superestimada.

Assim, quando em 28 de junho de 1948 o Congresso dos Estados Unidos criou oficialmente o Independence Park, um processo de busca e eleição pelas principais memórias da “cidade-retrato da nação” estava sendo coroado de êxito. Até 1956, quando na significativa data de 04 de julho o Parque foi oficialmente inaugurado, transformações intensas haviam se instaurado no discurso oficial e na estrutura física da localidade, dando, literalmente, nova forma à antiga cidade e descortinando as estruturas simbólicas de poder.⁷

Uma das mais significativas iniciativas adotadas na Filadélfia visando à sua colocação no patamar de cidade histórica americana, curiosamente, adveio da pena do polêmico urbanista Edmund N. Bacon. Nascido em 1910, nesta mesma cidade na qual trabalhou majoritariamente, Bacon diplomou-se em Arquitetura na Cornell University, em 1932. Entre 1947 e 1970 foi diretor executivo da Philadelphia City Planning Commission, entidade pública que no pós-Segunda Guerra interveio com grande força no território da antiga capital federal. Uma das principais premissas de Bacon era expressa por meio do dístico conceitual “*symbolic historical memory*” (memória histórica simbólica), que era uma variante interpretativa do paradigma biológico que dominou o urbanismo e o planejamento urbano em suas primeiras décadas. Bacon intentava conceituar “à americana” as

atitudes típicas do planejamento moderno tecnocrático, baseado na abertura de vias largas, na renovação do solo urbano e na criação de pontos perspécticos simbólicos. Esse conceito de Bacon, conforme apreciação de um de seus estudiosos e colaboradores, Gregory Heller, referia-se ao fato de “a memória histórica simbólica estar sempre em mutação”, levando a crer que “em qualquer período histórico, temos diferentes interpretações dos eventos históricos” contemporâneos ou precedentes.⁸ Essa concepção, como expõe o mesmo autor, nada mais é do que o entendimento de que “o planejamento é um processo contínuo que cria conexão entre o passado, o presente e o futuro” e, portanto, não deve ser baseado apenas na *tabula rasa* como ponto de partido. Para Bacon, dessa forma, “a cidade é uma acumulação de ideias através dos tempos, cada uma respondendo à que veio antes”.⁹ Embora essa interpretação possa criar atitudes preservacionistas, ela *não é*, de fato, destituída de um ímpeto renovador. Assim, quando em 1959 observamos o projeto levado a cabo por Edmund Bacon para a criação de uma das áreas mais importantes do Independence Park, na Filadélfia – o Independence Mall –, percebemos que sua iniciativa operou basicamente com duas ferramentas conceituais: 1) a manutenção de uma lógica de arruamento, que permitia uma conexão com a quadrícula tradicional, advinda dos tempos de William Penn, mesmo que o parcelamento tradicional fosse descaracterizado; 2) a inserção de pontos focais que se reverteriam em elementos de impacto visual e, conseqüentemente, de ressignificação de arquiteturas eleitas como mais importantes na área.

Esta atitude de Bacon com relação ao Independence Mall reverteu, nitidamente, o caráter espacial do Independence Hall. O edifício, ao receber a longa explanada entre as ruas Chestnut e Race, inverteu séculos de registros visuais e de memórias sobre sua ambiência: houve uma completa mudança de sua fachada “oficial”, que veio a compor um complexo expositivo com o Liberty Bell (o famoso sino da história americana) e as célebres comemorações de 4 de julho. Embora seja explícita no discurso de Bacon a manutenção da memória simbólica, outros elementos igualmente representativos foram deixados para trás na construção da esplanada, como a antiga casa do presidente e dezenas de imóveis oitocentistas, que abrigavam comércios, serviços e configuravam a densidade do tecido da cidade.

Outro aspecto revertido com a abertura do *mall* por Bacon e equipe diz respeito à escala das comemorações atreladas à independência americana, que passaram a ser mais demoradas, e distribuídas ao longo de todo ano, já que a cidade da Filadélfia se transformou numa cidade também turística, preparada espacialmente para o afluxo de visitantes, onde encenações de época, *souvenires* e caricaturas do passado passaram a ser fornecidos aos que ali aportam em profusão. O “descongestionamento edificado” promovido por Bacon numa das áreas mais antigas de ocupação na cidade, configurou um parque público de 18ha, dentro do qual estão dispostos edifícios e artefatos ligados ao processo revolucionário e à independência americana, propriamente dita, como o Independence Hall, o Liberty Bell, o Carpenters Hall, a Graff house, a City Tavern, o Welcome Park, a Benjamin Franklin House e a Betsy Ross house.

A conexão espacial formulada para todas essas “atrações” redundou na declaração da área como “patrimônio nacional”, em 1966, e como conjunto de bens de “interesse ao patrimônio da humanidade”, em 1979. Por outro, acabou abrindo espaço, também, para que a administração dos Parques Federais adotasse posturas museológicas típicas da sociedade

⁸ HELLER, Gregory. *The power of an idea. Edmund Bacon's planning method inspiring consensus and living in the future.* (Bachelor thesis). Middleton: Wesleyan University, 2004, p.84.

⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento. *Seminário Museus-Casas, IV- Pesquisa e Documentação. Anais*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 17.

¹¹ Faz-se menção à célebre frase de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), que definiu, em seu *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle* que “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado que pode não ter existido nunca em um dado momento” VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê, 2007.

¹² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, São Paulo: PUC-SP, 1993, p. 8.

americana de massa, conduzindo àquilo que Ulpiano Bezerra de Meneses chamou de “disneyficação”, ou seja, abrindo flancos para a “reprodução do já conhecido, mas projetado sob formas diversas, sem, porém, alterar a substância do mesmo, de si próprio, da própria identidade”. O que, segundo ele, “sob aparência do novo, sensorialmente estimulado, [...] reforça todo um estado de coisas e mina a centralidade, [impedindo] o conhecimento”.¹⁰ Pode-se dizer que a espetacularização e um suposto domínio da temporalidade (uma janela de volta ao passado) alimentam algo familiar, mas não geram enfrentamento com o exibido, redundando em conhecimento.

Esta ideia repercutiu em quase todos os projetos implantados no parque, que primaram por erigir simulacros de edifícios do passado, muitos baseados em poucos registros visuais e em poucos artefatos advindos de escavações de arqueologia histórica, comunicando uma permanência e um vigor temporal, de fato, inexistentes. Exemplos dessa política são os edifícios do Independence Hall, do Carpenters Hall, e a casa de um trabalhador do século XVIII, restaurados segundo o entendimento quase “leduciano”¹¹ de que restaurar é criar uma realidade que pode não ter existido no passado, mas a qual faria sentido se tivesse sido como hoje se vê pelos olhos contemporâneos.

Os projetos criados por Venturi, Rauch e Scott-Brown, e analisados na sequência, soam, contudo, divergentemente dentro do escopo do Parque Nacional da Independência Americana e revelam um trato com a história e com a memória diversos daqueles que evocamos até aqui. Como fechamento desta análise sobre a cidade e o Parque, convém ressaltar que questionando a leitura de Bacon calcada no paradigma biológico, de que as cidades são seres vivos que crescem, amadurecem e se modificam, em grande parte necessitando de atitudes cirúrgicas, verdadeiras operações, devemos lembrar que a historicidade de um lugar também é feita pelos elementos que são “descartados” nessas “operações”, os quais podem vir a ser, tempos depois, reivindicados por parcelas da população, como curiosamente ele parece indicar em seu discurso. Exemplo disso foi a luta das comunidades afro-americanas da Filadélfia, pela permissão em escavar arqueologicamente o antigo sítio em que se erguia a casa do presidente americano, notadamente ocupada por George Washington em seu período presidencial (1789-1797). Essa luta, que redundou na abertura de um sítio arqueológico no *mall* pensado por Bacon, permitiu vislumbrar a senzala da antiga casa presidencial e, assim, trazer para o escopo da memória nacional, grupos que, a despeito de sua grandeza numérica, foram tratados como minorias, muito por conta de sua impossibilidade de voz no cenário político e memorial. O presidente heroico, libertador, pai fundador de uma suposta nação igualitária, numa cidade evocada como terra “do amor fraterno” desde sua criação, era um escravagista, que impunha maus tratos aos seus escravos conforme os artefatos arqueológicos revelavam. Defronte aos símbolos máximos da memória nacional, em território que foi arrasado para garantir maior espaço e maior ênfase aos símbolos nacionais, surgiram outras memórias, simbólicas e não contempladas outrora.

Enfim, a tentativa verificada ao longo de todo o século XX de unificar os relatos e de promover uma visibilidade coesa dos símbolos nacionais e, conseqüentemente da memória nacional americana, abriu margem, sobretudo na virada dos séculos, para a requisição de outros lugares dentro do *mall* nacional. Nos últimos anos, por exemplo, a área recebeu além do sítio arqueológico voltado à organização memorial dos afrodescendentes,



Figura 1. "Aurora", imagem da oficina jornalística da família Franklin, na Filadélfia. Fotografia: Fernando Atique, 2006.



Figura 2. "Simulacro" da casa de uma família trabalhadora na Filadélfia do século XVIII. Fotografia: Fernando Atique, 2006.

também o National Museum of American Jewish History, revelando que a área está se transformando, de fato, num panteão mnemônico, fruto de uma sociedade bombardeada pelo discurso memorial.

O simulacro como estratégia preservacionista

A contemporaneidade vem sendo dominada pelo excesso de apelo à memória. Autores de diversas áreas têm sido veementes em apontar que a história tem sido preterida em favor da memória na sociedade de massas. Enquanto a primeira é palpável por meio de sua estrutura operativa (fontes e análises derivadas das mesmas), o que garante uma dose de "objetividade" e uma separação dos fatos e dos tempos, a memória é livre, errática e metamorfoseante, uma vez que ela se altera ao longo dos tempos, a partir da experiência dos que a evocam, ostentando fortes doses de evanescência. Isso leva a encarar a memória como mais simbólica, mais etérea, pois não necessita de lugares para existir de fato. Pierre Nora já expôs em *Lieux de memoire* que a memória é "ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e todo-poderosa, espontaneamente atualizadora". Dessa maneira, "leva eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e dos mitos".¹² O mesmo autor aponta que "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais".¹³

¹³ *Idem, ibidem.*

¹⁴ GREIFF, Constance M., *op. cit.*, p. 105.

¹⁵ *Idem*, p. 106.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

A análise de Nora explica claramente um dos objetivos do Independence Park, na Filadélfia: organizar os relatos do processo revolucionário, da assinatura da Declaração da Independência, bem como do cotidiano de seus signatários, sobretudo do grupo que ficou conhecido como *founding fathers*, dentro do qual está a figura mítica de Benjamin Franklin. Dessa maneira, a organização “memorial” precisaria de um agente, de um denominador comum, que no caso do parque americano recaiu sobre o National Park Service, entidade federal, que atuou em outras localidades estadunidenses dentro de certa linha de conduta, nos dizeres de Constance Greiff, que via “a filosofia da restauração” incidente apenas para “a pele dos edifícios como históricos”, enquanto “ossos e músculos” necessários para “manter os edifícios em pé”, não [tinham] direito a valores históricos”.¹⁴ Obviamente, como aconteceu com um dos edifícios mais simbólicos da área, o Congress Hall, a porta para a reconstrução integral dos mesmos foi aberta. O prédio em tela, tendo sido avaliado como condenado foi indicado como ótimo candidato à reconstrução integral, começando das fundações, passando pela introdução de esqueletos estruturais metálicos reforçados por concreto armado, os quais seriam “ornamentados” pelos materiais que ainda apresentavam boa aparência e matéria.¹⁵ Como apresenta Constance Greiff, a tática dividiu opiniões, já que alguns achavam que o caminho a ser seguido era este, pois se tratava de valer-se de um procedimento:

similar ao empregado na “restauração” da Casa Branca, levada a termo em 1950-51. Outros, contudo, dentro e fora do National Park Service, acreditavam que este não era o caminho acertado para tratar os edifícios na Independence Square. Na opinião dos contrários, a própria construção dos edifícios era um dos caracteres históricos deles mesmos, refletindo o conhecimento e as atitudes do século XVIII. Nenhuma estrutura metálica jamais teria a mesma aparência, a mesma pátina do tempo [tradução minha].¹⁶

Essa postura, cindida dentro das próprias organizações destinadas ao trato patrimonial nos Estados Unidos, nos revela a tentação pelo simulacro, a qual, como vista, já incidia em lugares como a Casa Branca, e se expandia por sobre a cidade da Filadélfia, na mesma época em que se “historicizava” aquele território mediante a construção do Parque da Independência. Curioso é ver como essa divisão de opinião chegou ao limite na construção do Memorial a Benjamin Franklin, anos depois. Franklin, que habitou a cidade da Filadélfia por períodos diversos, após 1723, e que se ausentou dela para exercer atividades de diplomacia na Europa, é considerado o morador mais ilustre da localidade, mesmo sendo nativo de Boston. Hoje, pelos espaços da cidade é possível encontrar representações visuais e toponímicas diversas: estátuas presentes na universidade que supostamente ajudou a criar (a UPenn); praças públicas, um *shopping center*, homens que se vestem como ele, como o célebre Dean Bennet; desenhos animados; pontes etc. Essa celebração toda, contudo, despertou o desejo de criação de um memorial no lugar em que sua antiga casa se erigia. Essa demanda, colocada pelo National Park Service, ainda nos anos 1950, só conseguiria vir a ser enfrentada nos anos 1970. Um dos principais entraves era a compreensão da própria área. Sabia-se que Franklin adquirira terras que iam da rua Market até a rua Chestnut, na quadra conformada entre as ruas Second e Third, e no miolo de quadra construía sua casa, entre 1764 e 65. As demais faces do lote foram deixadas livres, e só foram ocupadas

quando de seu regresso da Europa, em 1785. Naquele ano, ele edificara casas geminadas para aluguel defronte à rua Market, deixando um arco de passagem que fazia a ligação ao interior do lote, para acesso à sua casa, propriamente dita. Após sua morte, seus descendentes demoliram a primeira casa, no ano de 1812, e abriram uma passagem entre a Market e a Chestnut que ficou conhecida como Orianna Street.

Dentro do escopo de ações visando à intervenção na casa de Franklin, o arqueólogo Edward M. Riley, em 1950, preparou um relato pormenorizado a respeito das propriedades existentes neste sítio, que havia sido adquirido pelo National Park Service, em 1948. Em seu relatório, escreveu que se “acredita que o objetivo principal do Parque Histórico Nacional da Independência deva ser o de preservar e interpretar os vestígios remanescentes históricos da antiga Filadélfia, ao invés de embarcar em um extenso programa de reconstrução de estruturas que foram demolidas”.¹⁷ Com escavações arqueológicas instauradas, e severamente limitadas devido à ocupação contínua da área, foi possível, contudo, descobrir as antigas fundações da casa de Franklin, o que levantou a questão, dentro National Park Service, da relevância de se reconstituir toda a casa. Edward Riley defendia que era impossível dar feição à casa de Franklin, uma vez que as evidências encontradas nos registros de viajantes, nas suas cartas à sua esposa, e nos demais documentos que faziam menção a casa, permitiam entender muito do cotidiano do morador, mas nada sobre o aspecto tectônico da obra. Entretanto, a ideia da reconstrução levou à demolição das casas contíguas à fundação principal, recém-encontrada, as quais eram comprovadamente mais novas, ampliando as descobertas arqueológicas com resquícios de elementos de cultura material, uma *privy* (fossa) e as fundações da oficina gráfica de Franklin, erigida entre 1786-87, ao lado da casa. O trabalho de arquivo estendeu-se ao longo de toda a década de 1950, redundando, inclusive, no aparecimento de um croqui feito no verso de um recibo, que dava informações rudimentares da organização espacial do imóvel.

Até 1969 a discussão acerca do sítio onde Franklin viveu permaneceu aberta. Dividindo opiniões dentro do Serviço Nacional de Parques, como visto linhas atrás, bem como entre especialistas, que, nitidamente cientes das políticas preservacionistas que estavam no debate mundial naquele momento, reagiam contrários à ideia de uma reconstrução *com’era, dov’era*. Dentro do campo conceitual mobilizado para a obra, torna-se sugestiva a defesa feita por Ernest Allen Connaly, que, segundo Constance Greiff, dizia que documentação disponível permitia uma “boa descrição literária da casa”, mas não “o suficiente para dar suporte às definições arquitetônicas e aos detalhamentos” necessários ao reaparecimento da mesma.¹⁸ Greiff cita que após Connaly assumir a responsabilidade pelo Programa de Preservação do National Park Service, em 1966, a ideia de “reconstrução”, generalizadamente, deveria ser cautelosamente evitada, e o dístico “é melhor preservar do que restaurar; é melhor restaurar que reconstruir” tornou-se um mantra nas decisões nacionais com respeito à grande parte dos bens patrimoniais.¹⁹

São perceptíveis, portanto, alguns ecos da Carta de Veneza, de 1964, nessa questão. O artigo 9º é claro ao dizer que “a restauração [...] termina onde começa a hipótese”. Connaly, na mesma linha, era enfático ao afirmar, quase que explicando o argumento dessa Carta Patrimonial que, que sendo Franklin um inventor, a casa que habitou era um “espécime único de seu pe-

¹⁷ RILEY, Edward. *Report*. National Park Service. Philadelphia, 1950, p. 74.

¹⁸ CONNALLY, Ernst Alley citado por GREIFF, *op. cit.*, p. 202.

¹⁹ *Idem, ibidem*.

²⁰ CONNALLY, Ernst Alley, *apud* GREIFF, *op. cit.*, p. 202.

²¹ BATCHELER, Penelope. Interview. *CRM*, v. 2, 2005, p. 49.

²² GREIFF, Constance M, *op. cit.*, p. 204 e 205.

ríodo”, justamente porque o ímpeto inventivo de Franklin a dotou de caracteres que desapareceram, e, portanto, eram impossíveis de serem supostos”.²⁰

Vinculação mais explícita com as teorias preservacionistas daquela época podem ser vistas, porém, na defesa e conseguinte proposta para o sítio do memorial à Franklin, feitas pela arquiteta Penelope Hartshorne Batcheler, em 1970. Nativa do estado de Nova Jersey, e graduada em Arquitetura pelo Illinois Institute of Technology (IIT), Batcheler, foi a figura decisiva para o advogar da não reconstrução da casa de Franklin, bem como para o estabelecimento das diretrizes que deveriam ser seguidas no projeto do memorial almejado. Sua vivência com Mies van der Rohe, de quem foi aluna no IIT até 1953, e seu aprendizado em restauração, na Suécia, no Segundo Pós-Guerra, revelam algumas das fontes de sua conduta profissional. Em entrevista concedida em 2005, Batcheler disse que “manutenção é preservação! Muitas preservações são baseadas em bons planos de manutenção”.²¹ Entendimento claramente afinado com as noções internacionais de preservação, discutidas naqueles anos, sobretudo no ambiente italiano, com Gustavo Giovannoni, e em especial por Cesare Brandi e Roberto Pane, derivados dos postulados oitocentistas de John Ruskin.

Importante, no entanto, é notar como a figura de Batcheler deu subsídios para a ação de Venturi, Rauch e Scott-Brown no que diz respeito ao projeto da Franklin Court. Em janeiro de 1970, Penelope Batcheler apresentou à comissão designada a discutir o memorial de Franklin, braço do Office of Archaeology and Historic Preservation, uma proposta que, segundo Greiff, “seduziu o comitê”. Nas palavras dessa historiadora, Batcheler tinha um esquema que:

*usaria as casas da rua Market como um museu e um teatro pequeno, onde seria exibido um filme sobre a vida de Franklin. A entrada para o teatro seria para o sul, para que os visitantes primeiramente passassem pelo arco. As fachadas da rua Market seriam tratadas com uma linguagem contemporânea, talvez em vidro, de modo que as velhas paredes de tijolo ficassem visíveis. No local da casa de Franklin, ela propôs um pavilhão de vidro seguindo o espírito de seu antigo professor, Mies van der Rohe. Dentro do pavilhão a planta da casa deveria indicar no piso e nas paredes divisórias parciais, inscrições com as descrições da casa advindas da correspondência de Franklin. Nichos de abertura para o solo abaixo permitiria uma visão dos vestígios arqueológicos. Ela também sugeriu plantar um jardim com uma amoreira e outras plantas que se sabiam terem sido cultivadas por Franklin.*²²

O encontro foi frutífero, e os parâmetros dados por Batcheler, muitos deles claramente perceptíveis como vinculados à Carta de Veneza (diferenciação temporal e material, respeito pela ruína e pelos vestígios arqueológicos etc) acabaram sendo inovadoramente usados nos Estados Unidos. Em artigo publicado na revista *Prospectus*, editada pelo Graduate Program in Historic Preservation da Universidade da Pensilvânia, Anny Su aponta como a figura de Batcheler provocou uma mudança de rumos na tutela daquele órgão preservacionista americano:

A arquiteta do “parque”, Penelope Batcheler, propôs soluções alternativas para o planejamento e apresentação do Franklin Court, argumentando que “muito era desconhecido, o que poderia resultar em interpretações conjunturais e pessoais por parte dos arquitetos, que teriam de restaurar, o que era perigoso, e não autêntico” (Batcheler 1969, p. 2). Sua proposta para a visualização de vestígios arqueológicos

sob um abrigo minimalista de vidro e aço, que lembrava o Crown Hall de Mies Van der Rohe [...] agradou o National Park Service e a decisão de não reconstruir a casa de Franklin demonstrou a reorientação da Comissão para o problema: aquele sítio detinha-se em falar sobre Franklin, o homem, e, desviava-se da questão sobre a autenticidade das reconstruções.²³

Isso nos mostra de que maneira os órgãos preservacionistas exercem pressão e papel decisório acerca das soluções arquitetônicas, como era de se esperar, uma vez que detêm os instrumentos legais para a tutela e a conservação de bens patrimoniais.

Uma silhueta reveladora

A necessidade de aprontar a sequência de obras em andamento no parque para 1976, quando se comemorariam os 200 anos da independência americana, levou o governo federal a decidir pela contratação de uma equipe de arquitetos da Filadélfia para tocar o projeto da Franklin Court. Venturi & Rauch foram, então, contratados por indicação de Lee Nelson e de Penelope Batcheler, em 1972, expoentes dentro do National Park Service e defensores da não reconstrução da casa. Ao começarem o trabalho, receberam as diretrizes para a obra: 1) as casas da rua Market deveriam ser restauradas²⁴ exteriormente, mas internamente deveriam dar lugar a programas contemporâneos, facilmente adaptáveis; 2) o jardim de Franklin deveria ser refeito, na parte interna do lote; 3) a exata localização da casa de Franklin deveria ser demarcada, com um pavilhão protegendo os vestígios arqueológicos e, 4) um equipamento para dar suporte aos turistas deveria ser introduzido na gleba, sem causar maiores conflitos com as preexistências.²⁵

Assim, a chegada de Robert Venturi ao campo de trabalho encontrou um pavimento de decisões anteriormente tomadas. Curiosamente, Venturi & Rauch era um escritório bem conhecido na Filadélfia, embora sem grandes obras até aquele momento. Venturi começou sua carreira como proponente de arquiteturas nos anos 1950, pouco tempo após se graduar na Princeton University, em 1947. Em seu currículo, contam-se colaborações com Eero Saarinen e Louis Kahn, e, depois com os arquitetos William Short, entre 1960 e 1964, e com John Rauch, com quem se associou em 1964 e de quem foi parceiro até finais da década de 1980.

Como visto, grande parte do que vinha sendo executado no campo patrimonial, nos EUA, e em especial na Filadélfia, até aquele momento, baseava-se na concepção de simulacro, como construções de réplicas, de celebrações encenadas e de investimentos em megashows, de maneira a permitir uma difusão do ideal de “tematização” da cidade. Venturi, ao contrário do que o senso comum poderia pensar por conta de sua defesa do pós-modernismo, negou a espetacularização aos moldes que se efetuava no parque. Convidado a resolver certo impasse sobre o sítio em que outrora ficava a casa de Benjamin Franklin, se opôs à ambientação *com’era, dov’era* e soube tirar partido das definições que recebeu, o que, claramente, permite verificar que a proposta de Batcheler, foi apenas o guia referencial decisivo, mas não “o” modelo de ação espacial. Afirmamos, assim, que o conhecimento de técnicas, mas, sobretudo de conceitos internacionais atinentes ao campo da memória, fortaleceram o repertório assumido por Venturi neste projeto, enriquecendo-o e

²³ SU, Anny. Franklin Court, Philadelphia, PA. *Prospectus*, Pennsylvania, 2007, p.23.

²⁴ Contraditoriamente, a expressão “restauro” foi usada para denotar uma recondução a um momento histórico anterior, o que entra em choque com as demais posturas conceituais empregadas na obra.

²⁵ GREIFF, Constance M., *op. cit.*, p. 219.



Figura 3. Visão geral da Franklin Court. Fotografia: Fernando Atique, 2006.



Figura 4. Visão da Franklin Court. Fotografia: Fernando Atique, 2006.

²⁶ SU, Anny, *op. cit.*, p. 25.

²⁷ VENTURI, Robert, SCOTT-BROWN, Denise e IZENOUR, Steven. *Aprendendo com Las Vegas: o simbolismo esquecido da forma arquitetônica*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

preparando-o para a atividade que desenvolveria no Welcome Park, anos depois, em Washington D. C.

Como descrito na revista *Prospectus*, no já citado artigo de Anny Su, o projeto elaborado por Venturi & Rauch é marcado por uma “silhueta geral aberta da Ghost structure, disposta de acordo com a construção original”.²⁶ Essa edificação não monolítica tem por propriedade permitir a visualização por completa da área e opera por contraste: tanto com relação ao entorno imediato, fisicamente edificado, quanto conceitualmente, no que concerne a não reprodução “integral” de um cenário verificado nas outras edificações do parque. Venturi, Rauch & Scott Brown, que acabou sendo incorporada ao projeto no decorrer de sua elaboração, disseram, certa vez, ser a Ghost uma “abstração visual”.²⁷

De fato, o projeto tornou-se icônico ao apresentar uma solução simples: uma estrutura esguia – uma linha – de metal pintada de branco, em que chaminés e algumas passagens são demarcadas, e que apresentam o gabarito e o arcabouço que diligente pesquisa efetuada permitiam afirmar. A obra poderia até ser justificada como dotada de reversibilidade, embora pareça ser desmesurado aplicar esse princípio do restauro crítico à obra que se eleva sobre uma plataforma de concreto, em que ardósia cinza configura o plano habitável da antiga casa e o mármore branco dá as dimensões de paredes, portas e janelas.

A invenção de Venturi, Rauch & Scott-Brown consistiu em aplicar simbolismo a uma estrutura quase etérea, elevando-a a uma condição de impacto. Embora no restauro crítico uma das características da obra é a não competição com a pré-existência, o que tectonicamente é plenamente verificada na obra em análise, o caráter fantasmagórico da Ghost Structure

atrai a atenção, por vezes, sobrelevando-se às ruínas arqueológicas visíveis por meio dos visores instalados em pontos estratégicos da gleba.

O trabalho do miolo da quadra, que por sugestão de Denise Scott-Brown o centro de apoio ao turista enterrou num dos muros livres da gleba, contrasta profundamente com a atitude de restauro estilístico empreendida nas casas da rua Market que passaram a ostentar uma imagem completamente diversa da que possuíam antes de 1976. Contradições e complexidades de um trabalho de restauro ainda não plenamente amalgamado na carreira do escritório? Talvez. De fato, nota-se que enquanto a Franklin Court, por ser miolo de uma quadra possuía a capacidade de promover a relação figura-fundo por meio do vazio que a estrutura produzia, ensimesmando-se, em certo sentido, as fachadas voltadas para aquela que era uma das ruas principais do plano de Penn e Holme, deveria “conversar” com as imediações, que como vimos, procuravam um lugar no tempo passado.

Curioso é notar que a circulação dessa obra sempre valoriza a Ghost Structure em detrimento de sua “entrada”: as casas da rua Market. Sinais de que o simulacro é menos educativo e menos atraente aos olhos do público, certamente.

Em nome do “desafogo urbano”

O parque da Independência, que começou a ser projetado nos anos 1930, causou verdadeira renovação urbana na cidade da Filadélfia, antiga capital dos Estados Unidos e berço da memória nacional, território que abrigou a assinatura da Declaração da Independência das 13 colônias inglesas e foi palco de lutas durante o período revolucionário em finais do século XVIII, fatos exaustivamente evocados pela história e pela memória da cidade. A localidade, que fora fundada por ordem de Willian Penn, baseando-se no traçado urbano de Thomas Holme, viu, para a implantação do parque, parte substancial de suas edificações oitocentistas desaparecerem em nome do “desafogo urbano” e da criação de “visuais simbólicas” à maneira do movimento City Beautiful. Essa operação, controversa, mas propalada como “estratégica” à invenção de uma cidade turística, procurou estabelecer marcos físicos – por meio da paisagem, da eleição de símbolos, da colocação de projetos – que criassem um pronunciamento oficial sobre a Independência Americana em seu “berço”.

Paralelamente, a inserção de projetos que negam a postura “reconstituidora” de formas do passado, como a Franklin Court, de autoria de Venturi, Rauch & Scott-Brown, embora possam ser mobilizados pela crítica como expressões de um pós-modernismo que praticavam, em geral, possuem dados advindos do campo patrimonial, e de suas teorias. Como visto, certa visão recorrente da “genialidade” dos arquitetos deve ser diminuída pela compreensão das requisições e dos condicionantes políticos e oficiais que embasaram as edificações que compõem o parque. As dimensões da tutela exercidas pelo National Park Service reverberaram no espaço da cidade e alteraram a postura de simulacro que o próprio órgão exercia. A Franklin Court, assim, é um ensaio bem-sucedido de aplicações de conceitos da Carta de Veneza, e é tributária, em certo sentido, das mediações feitas pela arquiteta Penelope Batcheler, treinada em restauro no Suécia, no pós-guerra, e que parece ter tomado contato com a teoria brandiana.

Analisar, dessa maneira, o espaço construído da Filadélfia nos leva a perceber como concepções urbanísticas, restauradoras e de gestão pública

se enlaçam e repercutem sobre a imagem da cidade e sobre a memória dos habitantes, que, querendo ou não, são desafiados a refletir sobre a cidade, seus símbolos e seus agentes históricos.



Artigo recebido em novembro de 2014. Aprovado em dezembro de 2014.